



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6105 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ATUAL GOVERNO FEDERAL: QUAL INFÂNCIA É GARANTIDA?

Ana Claudia do Prado Lima - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Rosânia Campos - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de amparo à pesquisa e inovação do estado de Santa Catarina (FAPESC)

AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ATUAL GOVERNO FEDERAL: QUAL INFÂNCIA É GARANTIDA?

Este artigo, que compõe uma pesquisa documental em andamento, pretende fazer uma discussão de ações do governo federal para primeira infância, de modo especial analisamos o Programa Criança Feliz, que tem como foco a educação das famílias e das crianças menores de 6 anos. A análise desenvolvida objetiva apreender qual a concepção de desenvolvimento infantil subsidia as ações do Programa; uma vez que entendemos que, essa concepção acaba por delimitar tanto uma determinada concepção de educação, bem como uma dada função da educação formal para a infância. A partir desse objetivo, foi selecionado o documento Manual do Pesquisador referente ao Programa Criança Feliz – PCF (BRASIL, 2018). A análise foi desenvolvida a partir da leitura atenta do documento citado o qual classificamos como documento principal. A leitura desse material indica outros documentos, que denominamos de documentos auxiliares, os quais auxiliam na discussão sobre as concepções que orientam o Programa Criança Feliz.

A justificativa da escolha do PCF reside no fato de que, é o Programa destinado à educação para primeira infância do atual governo federal, e suas ações foram pensadas e planejadas fora da esfera da educação, em diálogos com autores que não compõe o governo e com forte interlocução com analistas econômicos. De modo geral, em uma primeira análise, as ações representam grandes retrocessos, uma vez que, o PCF se pauta na lógica de uma política de assistência, refutada pela Constituição de 1988, pois retoma aspectos já combatidos como de que a mulher é a responsável pela educação e cuidado dos filhos, além disso, o programa se sobrepõe a outros programas de assistência social se pautando na educação das famílias caminhando para o desmonte da política de assistência social.

O programa é coordenado pelo Ministério da Cidadania (MDS), por meio da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, e conduzido pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH). A proposta do programa segundo o MDS tem como foco o atendimento a gestantes e crianças de até três anos inscritas no Cadastro

Único para Programas Sociais do Governo Federal e crianças de até seis anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O lançamento do PCF se justifica, segundo o governo federal, pela ausência de programas nacionais com o objetivo de estimular o desenvolvimento na primeira infância, e foi implementado no ano de 2016.

O Manual do Pesquisador que tem por objetivos “apresentar a contextualização científica do desenvolvimento integral da primeira infância e sua aplicação para políticas pública, por meio do Programa Criança Feliz” (BRASIL, 2018, p. 7), apresenta as características do programa, a legislação e os detalhes da operacionalização, um documento com 49 páginas, tendo sua primeira edição em Julho de 2018.

Nesse material, a palavra Desenvolvimento aparece 85 vezes o, sendo 80 delas como desenvolvimento humano e 6 delas como Desenvolvimento infantil. Ainda de acordo com as orientações dos PCF, a preocupação com o desenvolvimento infantil ocupa as agendas mundiais, de modo que é possível observar,

Uma rede de instituições apoia e financia estudos, pesquisas e a implementação de programas voltados ao desenvolvimento integral na primeira infância, entre elas os organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na Europa se sobressai a Fundação Bernard Van Leer, sediada na Holanda. No Brasil destacam-se a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a Universidade de São Paulo (USP), o Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI) e o Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), todos sediados em São Paulo. (BRASIL, 2018, p.16)

A relação entre organismos multilaterais e ações governamentais, não é novidade no Brasil, e a exemplo de outros momentos que essa relação ficou mais evidente, novamente observamos o já destacado por Rosemberg (2002, p. 46), quando em análise dos programas existentes no Brasil, sobretudo no período militar, pontuava que:

outra linha de ação do BM é específica para crianças pequenas, geralmente denominada Desenvolvimento Infantil (DI), expressão que tanto pode significar uma ampliação do enfoque para saúde, nutrição, além de educação, quanto pode significar o privilegiamento de modelos “não formais” de atendimento à criança pequena. De qualquer maneira, considero inquietante que a literatura reserve a expressão EI para os países desenvolvidos e desenvolvimento infantil para os países subdesenvolvidos. Através da expressão ou do conceito DI pode-se driblar, em alguns países, como no Brasil, a regulamentação educacional que preconiza padrões institucionais e profissionais para a EI: formação profissional prévia dos professores, respeito à legislação trabalhista, proporção adulto-criança, instalações e equipamentos. Ao escapar da regulamentação, o custo do projeto e do programa cai, evidentemente, em detrimento da qualidade.

Ao considerarmos que o Programa Criança Feliz propõe visitas domiciliares e não ampliação de equipamentos públicos, nos parece que a lógica discutida acima permanece.

Inclusive a perspectiva de desenvolvimento, pois como consta no Manual, a metodologia proposta de orientação às famílias, é elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a *Infância (UNICEF) em parceria com a Organização Mundial de Saúde intitulado “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança”*. O manual do pesquisador justifica sua metodologia:

Esta metodologia favorece a interação entre cuidador e criança utilizando o que a família tem à disposição, na casa, no quintal, na natureza, no território e etc. A partir da compreensão de que o estímulo ocorre pelo contato proporcionado pela interação, diálogo, contato físico e atenção de ao menos um adulto criança, observando a faixa etária e o estágio de desenvolvimento da criança. (BRASIL, 2018, p. 39).

Ainda segundo o manual do pesquisador, “a base de uma sociedade bem - sucedida começa na primeira infância, o período compreendido entre nascimento e os primeiros seis anos de vida” (BRASIL, 2018, p.09); afirma que nos remete a concepção de infância pautada no vir a ser e o desenvolvimento como processo que pode ser “programado”, que possui etapas definidas. E ainda que essa concepção de desenvolvimento seja atualmente bastante discutida, haja vista, sobretudo os estudos da neuropsicologia inaugurado por Luria (2010), bem como os estudos de Vygostsky sobre níveis de desenvolvimento, o manual ressalta que suas premissas são comprovadas.

por evidências científicas, resultantes de pesquisas no campo da neurociência, do desenvolvimento cerebral, na biologia molecular e na genômica e também na aplicação de estudos de coortes com demonstrações que comprovam que estamos vivendo uma revolução no entendimento do desenvolvimento humano, sendo o início da vida o momento mais oportuno para promover reais e significativas mudanças na sociedade. (BRASIL, 2018, p. 9)

Além desse aspecto, ao longo do documento em seus conceitos e citações, fica perceptível uma abordagem de desenvolvimento pautado na teoria do capital humano, a qual possui suas bases na lógica econômica retirando a educação das crianças pequenas da esfera do direito. Esse aspecto é possível observar quando no documento afirmam que:

A maior taxa de retorno do desenvolvimento na primeira infância ocorre quando se investe o mais cedo possível, desde o nascimento até os cinco anos de idade, em famílias carentes. Começar na idade de três ou quatro anos é um pouco tarde demais, pois significa não reconhecer que habilidades geram habilidades de uma forma complementar e dinâmica. Os esforços devem se concentrar nos primeiros anos em busca de maior eficiência e eficácia. (HECKMAN, 2012, apud BRASIL, 2018, p.10).

Dessa forma compreende o desenvolvimento dividindo por etapas, indicando uma concepção de desenvolvimento de ordem biológica, endógena e desconsiderando as mediações e o ambiente social. Ao subsidiar o Programa nessa perspectiva de desenvolvimento, o desenvolvimento da criança é entendido como responsabilidade direta das famílias, as quais precisam realizar investimentos para o futuro sucesso de seus filhos, e com isso desconsideram a pobreza como estrutural e as condições objetivas das famílias. Dito de outro modo, as indicações presentes no documento consideram as famílias como responsáveis

de proporcionar às crianças “ricas experiências”, ignorando as suas condições materiais concretas, a ausência de vagas em instituições de educação infantil, reduzindo as explicações sobre o “baixo desenvolvimento das crianças” a falta de informação das famílias.

É possível ainda destacar que o PCF, ao apresentar uma concepção de desenvolvimento pautada no estímulo dos cuidadores para com as crianças, sendo dito pelo programa como “segurança” que a família pode prestar aos filhos; bem como a lógica de “estimular” as crianças desconsiderando a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, acaba considerando o desenvolvimento como uma somatória de experiências, fato que hoje já é refutado, de igual modo não há discussão no documento sobre o que são as mediações e sua função no processo de desenvolvimento. Sendo assim, reforçam que o importante é o tempo de “treino” às crianças, como indicado:

A ideia de que as crianças precisam de tempo de qualidade com seus cuidadores sem que a quantidade importe é equivocada. As crianças precisam de muito tempo de convívio dedicado por parte de seus cuidadores. Estar somente no mesmo lugar não é suficiente, é preciso haver dedicação exclusiva (brincadeiras, tarefas divididas, passatempos, etc.). A segurança é o cenário a partir do qual virão as próximas características do apego seguro. (BRASIL, 2018, p.14grifo nosso)

Ao se analisar as famílias que o Programa atende, população que pertence aos estratos economicamente mais desfavorecidos, são várias as questões: qual tempo essas famílias possuem com a jornada de trabalho que existe no Brasil? Na visitação são levados brinquedos, os quais são recolhidos ao final da visita, com o que as famílias irão “estimular” as crianças? Ainda que o Manual prescreva vários brinquedos construídos com sucatas é pertinente questionar, então essas crianças terão acesso somente a esses materiais? E os livros? Enfim, são muitas as questões que evidenciam tanto o equívoco teórico em relação ao como a criança se desenvolve, como acaba sendo um Programa pobre para as crianças pobres.

Palavras chave: Política para Educação Infantil; Desenvolvimento Infantil; Programa Criança Feliz; Governo Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual do pesquisador – cadastro único para programas sociais do governo**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=216>> Acesso em: 25 mai.2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil: history repeats. Cad. Pesqui. SP. N.115, p.25-63, Mar. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000100002&lng=en&nrm=iso>. Access on 16 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100002>.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. O Método Instrumental em Psicologia. In: _____. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo, Martins Fontes, p. 93-101, 1996.

VIGOTSKII, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual da idade escolar. In: _____. LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Maria da Pena Villalobos (trad.). 11ª ed. São Paulo: Ícone, 2010.